

“Somente a Escritura” – avaliação de um princípio protestante

Reação a Gunter Wenz, “Evangelho e Bíblia no contexto da tradição confessional de Wittenberg”

Gottfried Brakemeier

Resumo: Estará falido o princípio protestante do “sola scriptura”? Constata-se uma “deficiência normativa” da Bíblia a exigir um magistério que a interprete corretamente. Somente assim seria evitada a arbitrariedade exegética responsável pela divisão da igreja e a proliferação das denominações. O presente artigo mostra ser irrenunciável a normatividade exclusiva da Sagrada Escritura sob pena de graves prejuízos para a cristandade. Ela exige, isto sim, uma visão “sintética”, articulando de modo concreto e contextual o evangelho de que é porta-voz. Em assuntos da fé cristã, todos os enunciados não passam de opiniões particulares, enquanto não embasados no texto bíblico.

Resumen: ¿Estará sin valor el principio protestante de “sola scriptura”? Se percibe una “deficiencia normativa” de la Biblia al exigir un magisterio que la interprete correctamente. Solamente, de esa forma, se evitaría la arbitrariedad exegética responsable por la división de la iglesia y la proliferación de las denominaciones. El presente artículo patentiza ser irrenunciable la normatividad exclusiva de la Sagrada Escritura bajo la pena de traer graves prejuicios para la cristiandad. Ella exige, por ende, una visión “sintética”, articulando de modo concreto y contextual el evangelio de que es porta voz. En asuntos de fe cristiana, todos los enunciados no pasan de opiniones particulares, en cuanto no sustentados en el texto bíblico.

Abstract: Is the Protestant principle of “sola scriptura” a failed principle? It is affirmed that there is a “normative deficiency” of the Bible that demands a teaching office to interpret it correctly. Only in this way would the exegetical arbitrariness responsible for the division of the church and the proliferation of the denominations be avoided. This article shows that the exclusive normativity of the Holy Scriptures is unrenouncible under pains of serious damage to Christianity. They demand, certainly, a “synthetic” vision, articulating in a concrete and contextual way the gospel that they give voice to. In matters of Christian faith, all pronouncements are simply personal opinions as long as they are not based on the biblical text.

I

A normatividade exclusiva da Bíblia em assuntos de fé e de conduta é afirmação central do protestantismo. Forneceu-lhe o instrumental crítico para denunciar os abusos que se haviam instalado na igreja do século XVI. Portanto, tem sido este o princípio reformatório por excelência. Será consistente? Com ele a igreja da Reforma permanece ou sucumbe. Em tempos recentes, voltam a manifestar-se vozes pessimistas. *“Sola scriptura” seria um princípio falido, responsável pela flagrante crise do protestantismo.* Não haveria consenso quanto a seu significado e muito menos quanto à sua prática. A Bíblia, assim se alega, transformou-se em uma pedreira da qual todo o mundo extrai o material de construção de seus castelos confessionais particulares. Seja homossexualidade, ordenação de mulheres, direito à propriedade, seja a própria função soteriológica de Jesus Cristo, *a Bíblia aparentemente legítima qualquer posição.* Parece confirmar-se, como alertava E. Käsemann, que ela não fundamenta a unidade da igreja, e, sim, a multiplicidade das denominações, bem como das correntes teológicas que nelas se confrontam. Tornou-se vítima da arbitrariedade dos e das intérpretes.

É altamente oportuno, pois, reconscientizar-se da posição “luterana” no assunto, tal como definida em sua tradição confessional. Agradeço ao professor Wenz pela excelente exposição, da qual me permito fazer alguns destaques para então acrescentar reflexões avaliativas que, assim espero, sejam relevantes para a existência cristã hoje. *A identidade luterana está ameaçada de afundar no pluralismo religioso* que mede a verdade evangélica pela cotação na bolsa religiosa de mercadorias e futuros. É claro que, nessas condições, a defesa do “sola scriptura” já não faz sentido. Por isso mesmo, é salutar iniciar com a lembrança de que *o que está em jogo não é um bem negociável, e, sim, a palavra de Deus,* decisiva para a vida presente e futura da humanidade.

Aliás, é este o primeiro destaque a fazer na exposição do Prof. Wenz, a saber, que **a tradição luterana preconiza a palavra de Deus e não um código de letras como sendo a única norma e regra da fé.** É verdade que seu registro encontra-se no cânon do Antigo e do Novo Testamento. *Mas palavra de Deus e Escritura não são exatamente coincidentes,* devendo-se também neste caso distinguir sem separar. De acordo com o Prof. Wenz, pode-se falar apenas com fortes ressalvas de uma formalização do princípio escriturístico na Fórmula de Concórdia. O interesse primário das confissões luteranas não se prende à Bíblia como instância legitimadora formal. Pelo contrário, o que interessa é o conteúdo soteriológico. *É o*

evangelho que confere normatividade à Bíblia, não vice-versa. Há que se admitir que, nos escritos confessionais, a autocrítica da Escritura, bem como sua capacidade auto-interpretativa não recebem ênfase especial. Mas o fenômeno está implícito na maneira como se busca orientação teológica. É ao conteúdo que se vincula a qualidade canônica da Bíblia, não a critérios externos ou meramente formais.

Por ser assim, e este é outro destaque, **a tradição luterana está obrigada a precisar em que consiste o evangelho.** Na verdade, é anúncio oral, pregação, viva voz. É promessa e evento salvífico que se concretiza em perdão dos pecados, em consolo das consciências aflitas, em reconciliação com Deus. No entanto, *a pregação tem na palavra bíblica o seu norte, seu referencial.* Está aí o substrato do evangelho, a síntese da pura doutrina. *E ela tem por conteúdo essencial, básico e fundamental a mensagem da justificação por graça e fé.* Assim sendo, é este o elemento realmente normativo na Bíblia. Trata-se neste artigo de mais do que uma doutrina soteriológica entre outras. *Justificação por graça e fé possui antes a função de uma idéia regulativa, de um princípio hermenêutico, de uma definição do próprio evangelho.* Ela não abre mão da validade da lei. *Pois a palavra de Deus consiste de ambos, de lei e evangelho.* Enquanto aquela revela o pecado, este o perdoa. O evangelho não anula a vontade de Deus, mas impede que o ser humano, em vista do juízo divino, afunde em desespero. Promete graça à pessoa penitente. Vem resgatar de perdição e inferno.

Por ser claro o evangelho, a Reforma também afirmou a clareza da Escritura. O “sola scriptura” se condiciona ao “sola gratia” e “sola fide”. Somente em conexão com estes, aquele pode ser sustentado. Seja anotado que a centralidade da justificação não significa que a teologia luterana esteja presa a determinada terminologia ou doutrina. A mensagem evangélica pode ser perfeitamente desdobrada como “teologia da liberdade” ou “teologia da reconciliação”. Mesmo assim, o artigo da justificação por graça e fé explica o evangelho e se constitui, assim, na premissa do “sola scriptura”. *Sem o evangelho, a Escritura permanece sendo letra morta.* Merece ser ressaltado que tal concepção inevitavelmente *exclui tanto o uso literalista da Bíblia quanto a arbitrariedade hermenêutica.* Toda interpretação deve justificar-se perante o foro do evangelho. Voltamos a perguntar: será consistente tal asserção?

II

A resposta da Igreja Católica Romana é negativa. *Atesta à Bíblia um “déficit normativo”, razão pela qual necessitaria da arbitragem do magistério eclesiástico*, respectivamente, da complementação pela tradição oral que compreende as decisões e definições dogmáticas conciliares e papais. A interpretação da Bíblia deveria corresponder ao “sensus” em vigor na igreja. Com isso, a igreja, mediante seu magistério, torna-se a juíza da Bíblia. A investigação histórica dos textos de modo algum está proibida. Mas o dogma é estabelecido por decreto eclesiástico. *Isto significa que a chave para a interpretação da Bíblia não está nela mesma, e, sim, numa instância à parte.* Por conseguinte, o consentimento com o ensino da igreja é mais importante do que a conformidade com os dizeres da Escritura. É assim que o catolicismo romano procura disciplinar a flagrante pluralidade do testemunho bíblico e impedir a desintegração da comunidade eclesial.

A posição católica tem réplica, embora diferente, no que se convencionou chamar de espiritualismo entusiasta (“Schwärmertum”). Ela se confirma sempre que se diz *ser necessária uma iluminação especial do Espírito Santo para a compreensão da Escritura.* Somente a pessoa espiritual teria condições de detectar na Escritura a palavra de Deus. Também neste caso, a chave hermenêutica está sendo localizada fora da Bíblia. Não é o magistério eclesiástico que a detém, e, sim, a pessoa agraciada com uma revelação especial. É claro que esta última posição redundava no individualismo eclesiástico que estabelece “magistérios pessoais”, favorecendo os cismas na igreja. Enquanto isso, a concepção católica coloca a fé da igreja acima do credo religioso dos membros, exigindo dos fiéis obediência à hierarquia. *Em ambos os casos, o “sola scriptura” foi abolido* em favor de uma autoridade considerada indispensável para evitar possíveis estragos causados pela deficiência normativa da Bíblia.

A tentação afeta até mesmo o luteranismo. Sempre que a tradição confessional se converte, mesmo que implicitamente, em rival da Escritura, abandonando sua posição de “norma normata”, emerge um magistério eclesiástico que, à sua maneira, remete a Bíblia ao segundo plano. *Confessionalidade se transforma neste caso em confessionalismo.* O Prof. Wenz bem esclareceu que não é esta a posição luterana. A Reforma fez questão da continuidade com a boa tradição eclesiástica, documentando-o pela acolhida explícita dos credos ecumênicos da igreja antiga. Mas também eles não estão sendo colocados no mesmo nível da Escritura, que permanece em tudo a “norma normans”.

A questão crucial, pois, diz respeito à chave hermenêutica. Ela se coloca não apenas em sentido confessional. Marca presença em todo labor exegético desde que preocupado com a relevância dos textos na atualidade. A interpretação bíblica não pode dar-se por satisfeita com a simples descrição de fenômenos do passado. Não pode limitar-se ao esclarecimento do sentido histórico apenas. Deve perguntar pelo “sentido espiritual” e, assim, respeitar a Bíblia em sua qualidade canônica. Entretanto, *quem define normatividade e como se faz?* Já há tempo se fala da “*crise do cânon*”, supostamente desencadeada pela Reforma em termos teológicos e pela ciência exegética em termos históricos. A Bíblia, nos últimos séculos, dissolveu-se num mosaico de que sobraram as peças e sumiu a imagem.

Para tanto é sintomático que **sua normatividade, enquanto não negada por completo, passa a ser parcial.** Ela é invocada somente “na medida em que” corrobora projetos modernos. Acaba instrumentalizada para fins interesseiros. Seja mencionado um só exemplo: a afirmação de Jesus “O meu reino não é deste mundo” (Jo 18.36) é usada como prova para a natureza apolítica da fé cristã. Enquanto isso outros, apontando para a morte violenta de Jesus por ordem das entidades governantes, chegam a conclusões diametralmente opostas. *A Bíblia sofre a ameaça de sucumbir na disputa de interesses partidários*, vendo-se reduzida a avalista num jogo em que ela mesma não mais possui ingerência. Sua normatividade deve obedecer a princípios seletivos.

Contra os magistérios humanos e até mesmo eclesiásticos, a igreja luterana desde sempre tem jogado o magistério exclusivo de Jesus Cristo. É ele quem segura as pontas da pluralidade da Bíblia e constitui seu eixo gravitacional. “*O que promove a Cristo*” é, como se sabe, o princípio crítico a que, de acordo com Lutero, a própria Escritura deve submeter-se. Pode-se falar tranquilamente de uma interpretação cristológica não só do evangelho como também da Bíblia na tradição luterana. “*Sola scriptura*” quer ser entendido como sinônimo de “*solus Christus*”, como manifestação da graça de Deus a ser acolhida na fé. É o “*Christus pro nobis*”, não um mero nome, que perfaz a chave hermenêutica da Bíblia. O evangelho de Jesus Cristo é a mensagem do Deus que justifica por graça e fé, perdando o pecado e recebendo em seus braços a criatura perdida.

A crise do “sola scriptura” é a crise da articulação concreta da justificação por graça e fé no contexto da modernidade. Pois, como visto acima, a clareza da Escritura depende da clareza do evangelho. *A tradição luterana, assim nos parece, prendeu-se por demais às condicionantes religiosas do século XVI.* Era um mundo constringido pelo pe-

cado e, por isso, em busca de absolvição e de um Deus misericordioso. Entrementes, o pecado deixou de ser a preocupação central das pessoas. Marginalidade, enfermidade, perplexidade e outros males semelhantes ocuparam o espaço. Que significa justificação por graça e fé nessas condições? Arrisco-me a dizer que a pregação da justificação se articulou excessivamente em dimensões verticais, ou seja, na relação entre Deus e o ser humano. Anunciamos o evangelho para a pessoa endividada com Deus, para pecadores e transgressores da lei. Tratamos de justificação “*coram Deo*”, o que certamente jamais perde sua validade. No entanto, o que significa esta mesma mensagem “*coram mundo*”, no confronto com o niilismo ou com novas formas de religiosidade? O que significa justificação por graça e fé para as vítimas de pecado alheio, de crime, injustiça e discriminação? Essa mensagem não só consola consciências aflitas, ela também deruba os poderosos e incomoda os descrentes.

O “*sola scriptura*” se desgastou na disputa entre os novos “evangelhos”, por via de regra reduzidos a projetos de auto-salvação, sejam eles de natureza mística, pragmática ou racionalista. *Não é possível sustentar a normatividade exclusiva da Bíblia sem um consenso básico sobre o evangelho de que é porta-voz.* Eis o desafio aos luteranos e, por extensão, a toda a cristandade. Justificação por graça e fé no século XXI – qual a sua relevância? E o “*sola scriptura*”, será ele de fato um princípio falido? Quanto a isso, algumas breves reflexões a seguir.

III

1. Antes de mais nada, **importa reconhecer não haver possibilidade de assegurar a autenticidade evangélica a discurso e prática da igreja sem atribuir a primazia canônica à Bíblia.** Todos os magistérios “parabíblicos” sofrem sob a permanente ameaça de confundir o reino de Deus com reinos humanos e de, assim, descaracterizar o evangelho. A chave hermenêutica, quando imposta de fora aos textos, costuma obedecer a interesses dos e das intérpretes. Neste caso, não mais há como realmente sustentar ser Jesus a cabeça do corpo da igreja, pois outras cabeças tomaram seu lugar. *A Bíblia se interpreta a si mesma.* Isto por ser, de forma absolutamente ímpar, depoimento do testemunho apostólico a respeito do Verbo feito carne. *A negação do “sola scriptura” equivale à recusa de expor-se à crítica da palavra de Deus,* respectivamente, ao teste da continuidade apostólica. Ela bloqueia as reformas e paralisa a disposição para a penitência. Mera sucessão histórica não garante fidelidade evangélica. Para Lutero, apostolicidade significava coerência com o credo dos inícios. Por

todos esses motivos, *é imprescindível manter o princípio escriturístico da Reforma* a despeito dos riscos que contém e dos ataques que sofre. Sua suspensão forçosamente implica ou regime hierárquico ou pluralidade caótica, ambos em prejuízo da missão da igreja.

2. O êxito, porém, se condiciona à clara conceituação do evangelho em sua qualidade de soma da Escritura e âmago da pregação. Esse Cristo que está na base da fé, quem é? *A Reforma sempre o descreveu em termos da justificação por graça e fé, manifestada e representada por ele “em pessoa”. A tese carece de nova fundamentação.* Teremos, nesse artigo da fé, o miolo do evangelho, a síntese da Escritura, o alicerce da igreja? Com que direito se lhe atribui a função de uma “idéia regulativa”? A posição protestante amiúde enfrentou a suspeita de ser mais outra variante de leitura seletiva da Bíblia. E isto não só da parte de teólogos católicos ou pentecostais. Basta lembrar a afirmação de A. Schweitzer, dizendo ser a justificação por graça e fé nada mais do que uma “cratera secundária” na paisagem teológica de Paulo. Portanto, será ela de fato a mensagem central da Bíblia? Se não for, qual será? Ora, se a Bíblia não possuir centro algum, deixou de ser cânon. *Falta na teologia atual uma visão “holística” da Bíblia, capaz de coordenar as partes, discernir os altos e baixos e distinguir entre o relativo e o absoluto.*

3. O reclamo volta a colocar em pauta os objetivos da exegese. Em que consistem? *A elucidação histórica dos textos parece consensual.* Não há como contestá-la. Cabe “analisar” os textos em busca do significado original em seu respectivo contexto. *A exegese deve levantar o que se pode saber a respeito da gênese da igreja cristã, do testemunho primário da fé e dos dados históricos em que se apóia.* Mas a exegese histórica não pode dar-se por satisfeita com isto. *Além de responder a pergunta pelo que podemos saber, a exegese deve prestar contas do que podemos e devemos crer. Deve descobrir e evidenciar o “querigma”.* É o que está implícito no caráter canônico da Bíblia. A mera contemplação histórica não vai poder formular a normatividade, respectivamente, vai introduzi-la pela porta dos fundos, indiretamente, inspirada em “magistérios subterrâneos” dos e das intérpretes. Em outros termos, *cabe à exegese não só a “análise histórica”, como também a “síntese teológica”.* *Espera-se que seja capaz de detectar o espírito contido na letra, a unidade na diversidade das vozes, o critério de fé verdadeira e falsa.* O problema é bem conhecido da discussão sobre como conceber e desenvolver uma “Teologia do Novo Testamento”, respectivamente, uma “Teologia Bíblica”. A igreja luterana tem um interesse particularmente forte em tal

visão sintética justamente por postular um centro da Escritura, cuja força gravitacional protege contra a decomposição das partes. Espera-se da exegese não só a informação científica, como também o argumento teológico capaz de sustentar a Escritura como cânon.

4. Isto implica o exame das bases e da abrangência da mensagem da justificação por graça e fé, bem como sua contextualização. Para tanto importa, em primeiro lugar, desprender-se de uma terminologia entrementes arcaica, inacessível para a pessoa leiga em nossos dias. Não é uma doutrina sobre a justificação que devemos pregar, e, sim, o acontecer da mesma em Jesus Cristo. O próprio Lutero nos dá o exemplo: em seu Catecismo Menor, não empregou sequer uma única vez o termo “justificação”, ainda que não falasse de outra coisa. Algo semelhante vemos em Jesus, no Evangelho de João, em toda a Bíblia. Certamente também a teologia deve trabalhar com terminologia técnica. *Mas o evangelho não se prende a determinada linguagem.* Algo análogo vale para contextos sociais, religiosos, políticos, culturais e outros. Para o apóstolo Paulo, justificação significou a aniquilação de seu orgulho; para Lutero, libertação de seu desespero. O que significa esta mesma mensagem para os pobres, favelados, desempregados de hoje, vítimas de violência aberta ou camuflada?

Para luteranos, é importante sublinhar que **a graça de Deus precede a fé.** Esta não é de forma alguma a condição daquela. Portanto, *Deus age primeiro. Perdoa os pecados. Ao mesmo tempo, dá a razão de ser.* Confere o direito à vida, institui o direito humano. Na justificação está implícita a dignificação do ser humano, como bem o mostra a parábola do filho pródigo. É pecado destruir, marginalizar, desprezar o que Deus justificou e dignificou. Não importa se a sociedade é cristã, secular, atéia, muçulmana. A justificação que confere a razão de ser não faz acepção de pessoas. *Jesus morreu por todos, e isto antes de surgir a igreja.* A mensagem quer ser apreendida pela fé, sim. Quer ser assumida e, por isso, respeitada como realidade cuja negação acarreta culpa. *Deus ama a quem não o merece, quem não tem produtividade a exhibir, quem é considerado bagagem morta na sociedade.* Nisto está o escândalo do evangelho, que, aliás, se revela como sabedoria desde que se persegue a meta da sociedade “sustentável”. *Da justificação por graça e fé emerge um compromisso social e político, não só para a igreja como para toda a humanidade.*

A Bíblia fala da obra de Deus antes de Cristo e, sobretudo, através de Cristo. Não há onde tivéssemos depoimento igual a este. *Quem quer ouvir Cristo, deve abrir a Bíblia* – para então avaliar outras imagens cristológicas, entre elas a do recente filme de Mel Gibson “A paixão de

Cristo”. Na acalorada discussão que provocou, pareceres teológicos da atualidade, incluindo pronunciamentos do papa, não passam de “opiniões particulares”, enquanto não embasados em sólido fundamento bíblico. *Para retificar eventuais distorções da fé cristã, somente a Bíblia terá a autoridade suficiente*, comprovando-se mais esta vez ser irrenunciável o princípio “sola scriptura”, aliás com os cuidados que, a partir da exposição do Prof. Wenz, tentamos identificar.